



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10962 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04/GT 12 -Didática, Currículo e Tecnologias Digitais

### TECNOLOGIAS DIGITAIS, DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS SOBRE A CRISE DO ENSINO REMOTO DURANTE O CORONAVÍRUS

Gerilucia Nascimento de Oliveira - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Selma Suely Baçal de Oliveira - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Gianne de Sousa Costa - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)

### **TECNOLOGIAS DIGITAIS, DESIGUALDADES E PRIVILÉGIOS SOBRE A CRISE DO ENSINO REMOTO DURANTE O CORONAVÍRUS**

#### **Introdução**

No final de 2019, casos de pneumonia atípica associada a um novo coronavírus, denominado Sars-CoV-2, causador da doença Covid-19, foram relatados na China (MOJICA; MORALES, 2020). A Covid-19, nomenclatura da doença causada pelo SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus, tem primeiro registro em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan na China, se tratando de um vírus com alto poder de transmissão e infecção em humanos.

Na esfera da educação, em específico, os impactos da crise sanitária foram profundos, uma vez que mais de 190 países fecharam as escolas e suspenderam as aulas presenciais, afetando mais de 1,6 bilhão de estudantes (CEPAL & UNESCO, 2020; OECD, 2020). É nesse cenário de incertezas que podemos justificar a relevância dessa pesquisa, por apresentar dados relevantes quanto aos impactos da pandemia na educação brasileira, intensificado diante da ausência de planejamento governamental para lidar com a crise.

Contudo, é fundamental pensar se a busca por condições, especialmente tecnológicas, de volta às aulas de forma remota também se configura como mais uma das inúmeras maneiras de exclusão que estudantes em situação de pobreza vivenciam todos os

dias na escola. Dessa forma, a questão a ser respondida consiste em analisar “**Como as tecnologias digitais contribuíram pedagogicamente com as escolas públicas brasileiras em tempo de pandemia da Covid-19?**” já que a busca por respostas dessa natureza é essencial para tentar diminuir as distâncias que separam os estudantes com maior *capital cultural* (Bourdieu; Passeron, 2018) daqueles que, historicamente, foram alijados de oportunidades educacionais alargadas.

As análises realizadas são fruto de pesquisa bibliográfica e documental, somadas as observações e experiências vivenciadas no uso das mídias digitais - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) em tempos de pandemia no país. A partir da análise documental, procedemos o estudo do relatório sobre a pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”. Esse relatório está estruturado de forma a apresentar os resultados de cada um dos tópicos coletados na pesquisa e aborda, assim, as questões relacionadas ao calendário escolar (eventuais ajustes na data de término do ano letivo, suspensão das atividades presenciais e realização de atividades de ensino-aprendizagem não presenciais) e as estratégias de retorno às atividades presenciais referente ao ano letivo de 2020, além de abordar também dados gerais de cobertura da pesquisa mediadas por tecnologias.

O objetivo deste artigo é problematizar as dificuldades de acesso dos estudantes às aulas remotas ofertadas pelas secretarias estaduais, municipais, federais e redes privadas de ensino, proporcionando uma visão global diante da necessidade de medidas de enfrentamento à disseminação do coronavírus. O levantamento foi aplicado entre fevereiro e maio de 2021 por meio de questionário suplementar durante a segunda etapa do Censo Escolar 2020, na aba “Situação do Aluno”. Assim, a proposta é apresentar o problema por um ângulo ainda pouco usual na literatura brasileira, pois deslocam o olhar para os riscos que a escola enfrenta com atividades on line (estudantes *em vulnerabilidade* ou *vulnerável*) para aquilo que, efetivamente, os estudantes fazem em casa com as mídias, sem auxílio do professor ou de um adulto (Buckingham, 2007, 2010; Livingstone, 2011, 2014).

Para o alcance do objetivo deste artigo são mobilizados alguns dados quantitativos, a literatura da área e trechos de um questionário sobre “a resposta educacional à pandemia da Covid-19 no Brasil”, que investiga o movimento realizado pelas escolas para manter as ações pedagógicas durante o ano letivo de 2020.

## **Metodologia**

Na presente investigação considera-se apropriado a utilização do método quali-quantitativo. O que constitui de um suporte das inferências e interpretações qualitativas, bem como das análises e discussões dos dados levantados quantitativamente, que se entrelaçam, entre os dados quantitativos e as percepções dos respondentes. Sob a perspectiva de Rangel; do Nascimento Rodrigues & Mocarzel (2018), consideram que procedimentos quali-quantitativos incorporam:

(...) as análises qualitativas e as quantitativas, associadas e intercomplementares nas interpretações e argumentos que se formulam sobre os achados da investigação, o que significa que as quantidades, ou frequências, ou correlações de causa-efeito, ou resultados de experimentos podem dar suporte às análises interpretativas e à construção de argumentos (p.10).

Os mesmos autores, afirmam que a eficácia dos métodos qualitativos e quantitativos e a intercomplementaridade:

(...) na observação de que, tanto o tratamento qualitativo, como o quantitativo são satisfatórios em pesquisa, sem prejuízo da eficácia do encaminhamento metodológico, assim como podem ser usados, de modo associado e recorrente, em diversas metodologias de análise, a exemplo da análise de conteúdo, análise do discurso, análise documental e investigações empíricas e etnográficas, aplicando-se, também, em conjunto, a diversas formas e instrumentos de levantamento de dados, a exemplo de questionários, entrevistas, observações de campo e outros. (p.10)

Assim, as questões quantitativas, serão analisadas a partir da análise do questionário Covid-19 extraído do Censo escolar 2020, respondido pela equipe gestora das escolas brasileiras. Já as questões qualitativas, buscar-se-á as percepções dos professores e estudantes sobre suas experiências e os momentos marcantes da educação, na pandemia.

### **Discursões e Resultados**

A Constituição Federal de 1988 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado, garantindo “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No entanto, principalmente durante o período de pandemia da Covid-19, não há igualdade de condições e acesso, em razão das desigualdades sociais e econômicas. Apesar do Ministério de Educação e Cultura (MEC) ter dispensado a obrigatoriedade de 200 dias letivos, a carga horária mínima obrigatória foi mantida. Em que condições, após o fim do isolamento social, as escolas públicas irão dar conta de repor as aulas de modo a cumprir tal exigência? Nesse contexto, como promover a permanência dos estudantes e evitar a evasão? As escolas estão preparadas para esse retorno presencial, diante do agravamento dos casos?

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou, em julho de 2021, os resultados da pesquisa “Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil”. Os dados aferidos são fundamentais para a compreensão das consequências da pandemia no sistema educacional brasileiro. O levantamento das informações foi aplicado entre fevereiro e maio de 2021, por meio de um questionário suplementar, durante a segunda etapa do Censo Escolar 2020, a Situação do Aluno, respondido pela equipe gestora das escolas brasileiras, que tem a função de apurar informações relativas ao movimento e o rendimento dos estudantes ao término do ano letivo.

A pesquisa reúne dados sobre os impactos e as respostas educacionais decorrentes da pandemia da COVID-19. Para Veiga-Neto (2020), entender como funcionam as pandemias é

caleidoscópico, o que pressupõe compreender a natureza multifatorial dos fenômenos que nelas incidem: naturais, sociais e culturais. Para ele, essa articulação não se dá apenas como uma somatória simples desse fenômeno, mas, sim, com interações que ora são sinérgicas, ora antagônicas.

Desta forma, o formulário específico apresenta informações sobre a situação e as estratégias adotadas pelas escolas, para a consecução do ano letivo de 2020. Os resultados também foram importantes para elaborar estratégias e políticas para o enfrentamento dos impactos da crise sanitária no ensino e na aprendizagem. As informações revelam como as escolas e as redes de ensino responderam aos desafios impostos pela pandemia no ano letivo de 2020, que busca revelar as fragilidades do sistema de ensino, das secretarias de educação, das escolas, corpo docente e discente.

Segundo a cobertura do MEC ao todo, 94% cerca de 168.739 das escolas responderam ao questionário aplicado pelo INEP por meio do Censo Escolar 2020. O percentual corresponde a 97,2% (134.606) e 83,2% (34.133) das redes pública e privada, respectivamente. O levantamento mostra que 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais. Em função disso, parte delas também ajustou a data do término do ano letivo de 2020, visando ao enfrentamento das questões pedagógicas decorrentes da suspensão. As escolas públicas sentiram uma necessidade maior de fazer a adequação. Pouco mais de 53% delas mantiveram o calendário escolar. Por outro lado, cerca de 70% das escolas privadas seguiram o cronograma previsto.

O percentual de escolas brasileiras que não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020 foi de 90,1%, sendo que, na rede federal, esse percentual foi de 98,4%, seguido pelas escolas municipais (97,5%), estaduais (85,9%) e privadas (70,9%). Diante desse contexto, mais de 98% das escolas do País adotaram estratégias não presenciais de ensino.

Registra-se no Brasil um percentual relativamente expressivo de suspensão de aulas presenciais, apesar da continuidade com o atendimento remoto emergencial que perpassou por mais tempo do que se imaginava. No entanto, a escola permanece como, talvez, um dos últimos redutos na resistência à utilização dos celulares no meio educativo formal. Pois, sabe-se que estudantes e professores usam celulares dentro e fora do ambiente escolar, mas atividades realizadas nas salas de aula utilizando esta tecnologia são ainda muito pouco frequentes (CGI.br, 2018).

Quanto aos professores, a pesquisa demonstra que durante a pandemia da Covid-19 houve a realização de reuniões virtuais para planejamento, coordenação e monitoramento das atividades como estratégia mais utilizada pela equipe gestora para dar continuidade ao trabalho docente durante a suspensão das aulas presenciais, no Brasil. Trazendo para o contexto pedagógico, elas têm possibilitado novas formas dos professores desenvolverem seu trabalho no processo de ensino/aprendizagem. Hoje as ferramentas digitais “*alteram as*

*qualificações profissionais e a maneira como as pessoas vivem e trabalham, informam-se e se comunicam...”* (KENSKI, 2011).

Na rede estadual, 79,9% das escolas treinaram os professores para usarem métodos ou materiais dos programas de ensino não presencial. Na rede municipal, 53,7% fizeram o treinamento. Ao todo, 43,4% das escolas estaduais disponibilizaram equipamentos, como computador, notebooks, tablets e smartphones, aos docentes. No caso das municipais, esse percentual é de 19,7%. Já quando o assunto é acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, o levantamento feito pelo Inep mostra que 15,9% da rede estadual adotaram medidas nesse sentido; na rede municipal, o número registrado foi insignificante, configurando 2,2%. O questionário aponta que as escolas municipais foram as mais afetadas quanto a adoção de kits tecnológicos e acesso à internet aos estudantes do fundamental I, revelando uma lacuna nos processos de alfabetização, devido a precariedade que afetou a população de baixa renda e mais vulneráveis socialmente e economicamente.

A pesquisa aponta que a relação entre alunos e professores se deu a partir de e-mails, telefone, redes sociais e aplicativos de mensagens, como estratégias mais adotada para manter o contato e oferecer subsídios tecnológicos juntos aos estudantes. Os canais de comunicação como rádio e TV foram apontados como estratégias bem sucedidas aos alunos e professores. Depois, vêm a disponibilização de equipamentos, como computador, notebooks, tablets e smartphones aos estudantes; e o acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio. No entanto, são poucos os trabalhos que se dedicam a compreender como, efetivamente, as crianças usam as mídias digitais (Loureiro, 2017), sem comprometer a relação com a escola.

Há relevância na pesquisa baseado nas aulas síncronas, quando se trata da realização de aulas ao vivo (síncronas), demonstrando que 72,8% das escolas estaduais e 31,9% das municipais implementaram a estratégia. Revela-se a partir daí, a falta de ferramentas tecnológicas nas redes municipais para a prática de aulas on line, baseado no baixo acesso dos alunos a internet e kit tecnológico. Em 2.142 cidades, nenhuma das escolas municipais adotou essa medida. Por outro lado, em 592 cidades, todas as escolas da rede municipal fizeram o uso desse meio, corroborando para maior acesso a rede de internet e ferramentas digitais.

Com relação ao ano letivo, a pesquisa informa que ao todo, 28,1% das escolas públicas planejaram a complementação curricular com a ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021. Na rede privada, 19,5% das escolas optaram por essa alternativa. Nesse cenário, o governo federal apresentou medidas tardiamente em comparação aos chefes de executivo estaduais. Por meio da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, juntamente ao MEC, dispensou a obrigatoriedade de 200 dias letivos para o ensino básico, desde que se cumpra a carga horária anual mínima de 800h – estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

## **O conceito de Capital Cultural segundo Bourdieu e Passeron**

Nos anos 1970, Pierre Bourdieu, um sociólogo francês, desenvolveu a ideia de capital cultural como uma forma de explicar como o poder na sociedade era transferido e as classes sociais mantidas. O autor acreditava que o capital cultural desempenhava um papel importante e sutil. Bourdieu definiu capital cultural como “familiaridade com a cultura legítima dentro de uma sociedade”, o que podemos chamar também de “alta cultura”.

Para Bourdieu e Passeron (2018), nossos sistemas educacionais, da Educação Básica ao Ensino Superior, continuam apresentando marcas de desigualdades de acesso, de permanência, de rendimento escolar, e que é a construção de uma escola justa – para todos e de qualidade. Não se pode mais conceber uma escola restrita para um único público, que para a maioria dos povos ainda é a única via de acesso à cultura. O sistema educacional valoriza o conhecimento e as formas de pensamento desenvolvidos pela aquisição de capital cultural, tanto abstrato quanto formal.

A origem social dos estudantes figura, para Bourdieu e Passeron (2018), como o fator de diferenciação de maior relevância, mais que o sexo, a idade, a afiliação religiosa; ou seja, são os fatores culturais mais que os fatores econômicos que determinam as escolhas, o prolongamento da escolarização, o sucesso escolar. É nesse sentido que, para os autores, as condições sociais se tornam fundamentais, possibilitando baixo ou alto capital cultural na formação de indivíduos que vivem num processo de luta constante por recursos escassos, fator esse que pode ser determinante ao processo educacional.

Segundo Valle (2018), aparecendo como uma das principais engrenagens da estratificação e da diferenciação social – e socioprofissional – e participando da fabricação do fracasso escolar, a escola atua na reprodução das estruturas sociais por meio da produção de estruturas mentais que lhes são correspondentes, fazendo perdurar uma lógica de castas sob uma fachada de racionalidade meritocrática. Santos, Sato e Klitzke (2014) ressaltam que o mundo social burguês de caráter individualista é composto de instituições, dentre elas a escola, que perpetuam e legitimam as promessas da modernidade.

Proceder à análise das práticas sociais dos indivíduos tendo a teoria bourdieusiana do capital cultural como inspiração, possibilita compreender as formações sociais a partir da força entre os grupos ou classes constitutivas dessa formação social. Contrapor esse processo de exclusão e visão determinista nos coloca em uma posição desconfortável, uma vez que a crise do ensino remoto trouxe novas formas de ensinar e aprender a partir das TIC's. Contudo, no período pandêmico da Covid-19 ficou sob a responsabilidade da família, dos aplicativos de mensagens e em transmissão em tempo real.

Ao mobilizar conceitos como o de capital cultural e categorias como *desigualdades*, relacionando-os sobretudo à situação de estudantes da Educação Básica em tempos de Pandemia da Covid-19, o que se percebe é que as constatações que os autores revelam buscam desvendar as desigualdades e controvérsias de uma educação seletiva e excludente, intensificado pelo isolamento social dos estudantes e pela falta de acesso ao ensino remoto.

## Conclusões

Tendo presente a análise realizada ao longo deste trabalho, entendemos ter atingido o objetivo proposto. Percebemos a necessidade de políticas públicas adequadas à educação contemporânea. É necessário que o Estado invista em recursos tecnológicos para a inserção dos estudantes na sociedade do conhecimento. Neste sentido, analisar uma instituição pública de ensino é ainda mais imperioso, pois é ela que os filhos da classe trabalhadora têm condições de acessar. Daí a importância de compreender as condições e expectativas dos estudantes frente ao ensino remoto emergencial durante este período de isolamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19. Problematizar essas questões levantadas no relatório do Censo Escolar 2020 a partir do questionário “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”, ainda amparados nas ideias de Valle (2018), para colocar em xeque os mecanismos de reprodução social abrigados sob o véu da neutralidade, da meritocracia e da democratização da educação.

Entende-se que as questões sinalizadas neste artigo evidenciam que os estudos da criança na intersecção com as novas mídias digitais ainda se configura como um campo não consensual e bastante fragmentado, por apresentar fragilidade em seu processo de curadoria. Além disto, são evidenciados que durante a pandemia da Covid-19 por meio do questionário de Avaliação e monitoramento do INEP concluímos que as escolas públicas evidenciaram a exclusão social e educacional que decorre de um sistema seletivo e precário.

**Palavras-chave:** Tecnologias Digitais; Desigualdades; Escola; Covid-19.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Poder Executivo. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Brasília, DF: Governo Federal, 2020a.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo Da Informação**. 8. ed. São Paulo: Campinas, 2011.

LOUREIRO, Carla Cristiane. **‘Eu aprendo a brincar de mais coisas que eu não sabia!’: crianças e videogames numa brinquedoteca escolar**. 2017. 250 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2017.

MOJICA, Raul.; MORALES, M. Pandemia Covid-19, la nueva emergencia sanitaria de preocupación internacional: una revisión. *Medicina de Familia: Semergen*, Madrid, v. 46, n. 1, p. 65-77, 2020.

RANGEL, Mary; DO NASCIMENTO RODRIGUES, Jéssica; MOCARZEL, Marcelo. **Fundamentos e princípios das opções metodológicas:** Metodologias quantitativas e procedimentos quali-quantitativos de pesquisa. *Omnia*, v. 8, n. 2, p. 5-11, 2018.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco Apel a ao Planejamento Antecipado Contra o Aumento das Desigualdades após a COVID-19** Paris: Unesco, abr.

2020.

VALLE, Ione Ribeiro. Por Que Ler os Herdeiros Meio Século Depois? In: BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. 2. ed. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Mais uma Lição: sindemia covídica e educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n.4, 2020.